RADAR TRABALHISTA

CPRT COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS | CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 2 – Número 89 – 08/04 à 12/04/2019

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

Sindicato apresenta reclamação à OIT contra MP da contribuição sindical

Consultor Jurídico - 11/04/2019

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (SP) apresentou reclamação à Organização Internacional do Trabalho contra a edição da Medida Provisória 873, que trata da contribuição sindical. O pedido é para que o órgão internacional reconheça as violações ao princípio da liberdade sindical.

Para ler na íntegra clique aqui

Plenário nega liminar em ADI contra lei do contrato de trabalho por prazo determinado

Supremo Tribunal Federal - 11/04/2019

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão desta quinta-feira (11), por maioria de votos, indeferiu medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1764, ajuizada contra a Lei 9.601/1998, que flexibiliza as relações de trabalho ao disciplinar o contrato por prazo determinado.

5ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista será realizada de 27 a 31 de maio

Tribunal Superior do Trabalho - 12/04/2019

Promovida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com os Tribunais Regionais do Trabalho de todo o Brasil, a edição de 2019 da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista terá o slogan "Menos Conflitos. Mais Soluções: com a conciliação o saldo é sempre positivo". Esta é a quinta edição do evento, que será realizado entre 27 e 31 de maio.

Cláusula que exigia prova de quitação com sindicato para homologar rescisão é nula

Tribunal Superior do Trabalho - 12/04/2019

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho manteve a nulidade de norma coletiva que listava, entre os documentos a serem apresentados para a homologação da rescisão de contrato de trabalho, os comprovantes de quitação das obrigações sindicais. Segundo a SDC, não há previsão em lei para a exigência.

Página da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho reúne ferramentas de pesquisa patrimonial

Tribunal Superior do Trabalho - 11/04/2019

Com o objetivo de auxiliar os juízes do trabalho na localização de bens passíveis de penhora para o pagamento de dívidas, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho criou uma página que reúne as principais ferramentas online de pesquisa patrimonial disponíveis no Poder Judiciário. Entre elas estão o Bacen Jud, relativo ao sistema financeiro, o Renajud, que permite a consulta de veículos, o Infoseg, que reúne informações relacionadas à segurança pública, o Simba, ferramenta que aponta movimentações financeiras, e o Coaf, que dá acesso ao magistrado ao relatório de inteligência financeira.

Empresa paulista deve provar regularidade de depósitos de FGTS

Tribunal Superior do Trabalho - 11/04/2019

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Minerva S.A., de José Bonifácio (SP), a comprovar a regularidade dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante o contrato de trabalho de uma ajudante geral. Não havendo comprovação, a empresa está sujeita à pena

de execução direta. Segundo o relator, a prova deve ser feita pela parte que tiver melhores condições para produzi-la. "No caso, é a empresa, por lhe ser exigível manter guardada a documentação pertinente", explicou, ao lembrar que essa é a previsão da Súmula 461 do TST.

TST mantém nulidade de cláusula que exigia CID em atestados médicos

Tribunal Superior do Trabalho - 09/04/2019

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho manteve a nulidade de cláusula coletiva que previa a obrigatoriedade da informação sobre a Classificação Internacional de Doenças (CID) como requisito para a validade do atestado médico e para o abono de faltas para empregados. Por maioria, os ministros entenderam que a cláusula negociada viola garantias constitucionais.

TST valida acordo que institui turno de 10h para quatro dias de trabalho na Arcelormittal

Tribunal Superior do Trabalho - 08/04/2019

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão realizada nessa segunda-feira (8), considerou válida a cláusula de acordo coletivo que havia instituído na Arcelomittal Brasil Ltda. turnos ininterruptos de revezamento de 10h em escala 4X4, ou seja, quatro dias de trabalho seguidos de quatro de descanso. Prevaleceu o entendimento de que é possível ampliar a negociação coletiva de trabalho a fim de rconhecer a vontade das partes.

Indústria obtém validade de banco de horas não aprovado por sindicato

Tribunal Superior do Trabalho - 01/04/2019

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho validou acordo que instituiu o banco de horas da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev) no período 2006/2007 sem a anuência do sindicato. Segundo os ministros, deve prevalecer a vontade expressa dos empregados de aceitar o banco de horas em assembleia geral assistida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), pelo Ministério do Trabalho e pelo próprio sindicato.

Empresas do Simples Nacional entram na segunda etapa de implantação do eSocial nesta quarta-feira

Ministério da Economia (Trabalho) - 09/04/2019

O módulo da segunda fase de implantação do eSocial para as empresas optantes do Simples Nacional estará disponível a partir desta quarta-feira (10). Nesta etapa, as empresas deverão informar os eventos não periódicos, ou seja, os dados dos trabalhadores e seus vínculos com a empresa. O eSocial para as empresas optantes do Simples está disponível desde 10 de janeiro, quando foi liberado o primeiro módulo. Nele, os empregadores devem se cadastrar e alimentar o sistema com informações relevantes para posterior cadastro de empregados e folha de pagamento, por meio de tabelas definidas no manual do eSocial.

Mais de 8,4 milhões de estabelecimentos entregaram a Rais 2018 dentro do prazo

Ministério da Economia (Trabalho) - 08/04/2019

Mais de 8,4 milhões de empresas, que empregam 66,2 milhões de trabalhadores, entregaram a declaração da Rais 2018 dentro do prazo, que se encerrou na última sexta-feira (5). Isso corresponde a 97% do total, de acordo com estimativas da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, baseada no número de empresas que preencheram a Rais de 2017.

Em Brasília, Fundacentro organiza celebração alusiva ao 28 de abril

Fundacentro - 11/04/2019

A Fundacentro (Centro Regional do Distrito Federal) organiza para o dia 28 de abril, data em que se celebra o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, quatro minicursos e um seminário que contemplam diferentes temas, nos dias 24, 25 e 26 de abril.

Fundacentro planeja levar informações em SST para micro e pequenas empresas

Fundacentro - 10/04/2019

Representantes do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo – Sescon/SP estiveram na Fundacentro, em São Paulo/SP, nesta terça, 9 de abril, para discutir maneiras de levar informações em Segurança e Saúde no Trabalho – SST para contadores. O objetivo é que, com a implementação do eSocial, esses profissionais possam disseminar esse conhecimento para as pequenas e médias empresas.

Governo lança calculadora com alíquotas da Nova Previdência

Ministério da Economia (Previdência) - 11/04/2019

O Portal de Serviços do governo federal lançou uma calculadora para que os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os servidores públicos federais da União possam calcular suas alíquotas de contribuição, de acordo com as regras da Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 – Nova Previdência. O endereço é www.servicos.gov.br/calculadora/. Em breve, também será possível simular a aposentadoria, segundo as regras propostas.

MPT sugere alterações para nova Lei de Licitações e Contratos

Ministério Público do Trabalho - 12/04/2019

O Ministério Público do Trabalho emitiu nota técnica que apresenta sugestões de alterações e de inclusões de dispositivos para o Projeto de Lei nº 1292/1995, que visa estabelecer novas normas gerais de Licitações e Contratos. O objetivo é aprimorar os instrumentos para a garantia do efetivo pagamento das obrigações

trabalhistas e previdenciárias aos empregados das empresas de prestação de serviços terceirizados, na Administração Pública.

PGT se reúne com a presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados

Ministério Público do Trabalho - 11/04/2019

O procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Fleury, esteve com a nova presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, deputada Professora Marcivânia (PCdoB-AP). No encontro, realizado na terça-feira (9), Fleury reforçou o interesse do MPT em atuar em parceria com o Congresso Nacional nas questões relativas ao mundo do trabalho.

MPT destina valor para software que notificará acidente de trabalho

Ministério Público do Trabalho - 08/04/2019

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre - Fundo Municipal da Saúde assinaram, na tarde desta sexta-feira (5/4), termo de compromisso que prevê destinação de R$ 389.323,00. O valor deverá ser aplicado exclusivamente na execução do projeto "Criação de software para extração de dados dos acidentes de trabalho, atendidos no Sistema Único de Saúde – SUS, e agravos de interesse da Vigilância em Saúde do Trabalhador", não podendo custear tecnologias ou recursos humanos no desenvolvimento de sistemas para outros agravos. A assinatura do termo de compromisso aconteceu durante as ações do Abril Verde, série de atividades a ser realizada neste mês em alusão à prevenção a acidentes de trabalho.

Sindicato leva pleitos da categoria ao secretário de Trabalho

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 11/04/2019

Em mais uma reunião com o secretário de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, o presidente do SINAIT, Carlos Silva, e a vice-presidente, Rosa Jorge, levaram questões de interesse da categoria que ainda se encontram pendentes de solução.

É válido presumir discriminação em demissão de empregado com câncer

Consultor Jurídico - 10/04/2019

A jurisprudência permite presumir que é preconceito demitir um trabalhador com câncer de próstata. Com este entendimento, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a decisão que havia considerado discriminatória a dispensa de um executivo da empresa do setor alimentício após ser diagnosticado com câncer de próstata.

Atos Normativos

PORTARIA MC Nº 627, DE 04 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 08/4/2019 Seção I Pág. 02) - Altera a Portaria nº 63, de 29 de maio de 2014;

SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 4.023, DE 04 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 08/4/2019 Seção I Pág. 12) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Ementa: Contribuições Sociais Previdenciárias. Hipótese de Incidência. Terço Constitucional de Férias. Horário Extraordinário e Horário Extraordinário Incorporado. Primeiros Quinze dias do Auxílio-Doença. Auxílio-Acidente. Aviso Prévio Indenizado. Salário-Maternidade. Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade;

RESOLUÇÃO CFT Nº 57, DE 22 DE MARÇO DE 2019 (DOU de 08/4/2019 Seção I Pág. 76) - Dispõe sobre o Termo de Responsabilidade Técnica Múltiplo Mensal;

RESOLUÇÃO CFT Nº 58, DE 22 DE MARÇO DE 2019 (DOU de 08/4/2019 Seção I Pág. 76) - Define as prerrogativas e atribuições dos Técnicos Industriais com habilitações em Edificações, e dá outras providências;

LEI COMPLEMENTAR Nº 166, DE 8 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 09/4/2019 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores;

DECRETO Nº 9.745, DE 08 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 09/4/2019 Seção I Pág. 02) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE;

PORTARIA ME Nº 146, DE 8 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 09/4/2019 Seção I Pág. 86) - Cria a Rede de Ouvidoria do Ministério da Economia - RedeOuv-ME;

RESOLUÇÃO CFT Nº 61, DE 22 DE MARÇO DE 2019 (DOU de 09/4/2019 Seção I Pág. 133) - Dispõe sobre a indicação da responsabilidade técnica referente a projetos, obras e serviços no âmbito nas atividades do técnico industrial, em documentos, placas, peças publicitárias e outros elementos de comunicação;

INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 101, DE 09 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 10/4/2019 Seção I Pág. 117) - Dispõe sobre as alterações realizadas pela Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019;

PORTARIA MJSP Nº 331, DE 10 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 11/4/2019 Seção I Pág. 226) - Institui o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como o sistema oficial de gestão de processos e documentos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e dá outras providências;

DECRETO Nº 9.757, DE 11 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 11/4/2019 Seção I, Edição Extra, Pág. 03) - Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos;

Atos Normativos

DECRETO Nº 9.758, DE 11 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 11/4/2019 Seção I Edição Extra Pág. 05) - Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal;

DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 11/4/2019 Seção I Edição Extra Pág. 05) - Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal;

PORTARIA ME Nº 210, DE 11 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 12/4/2019 Seção I Pág. 55) - Altera a Norma Regulamentadora nº 22 (NR-22) - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração;

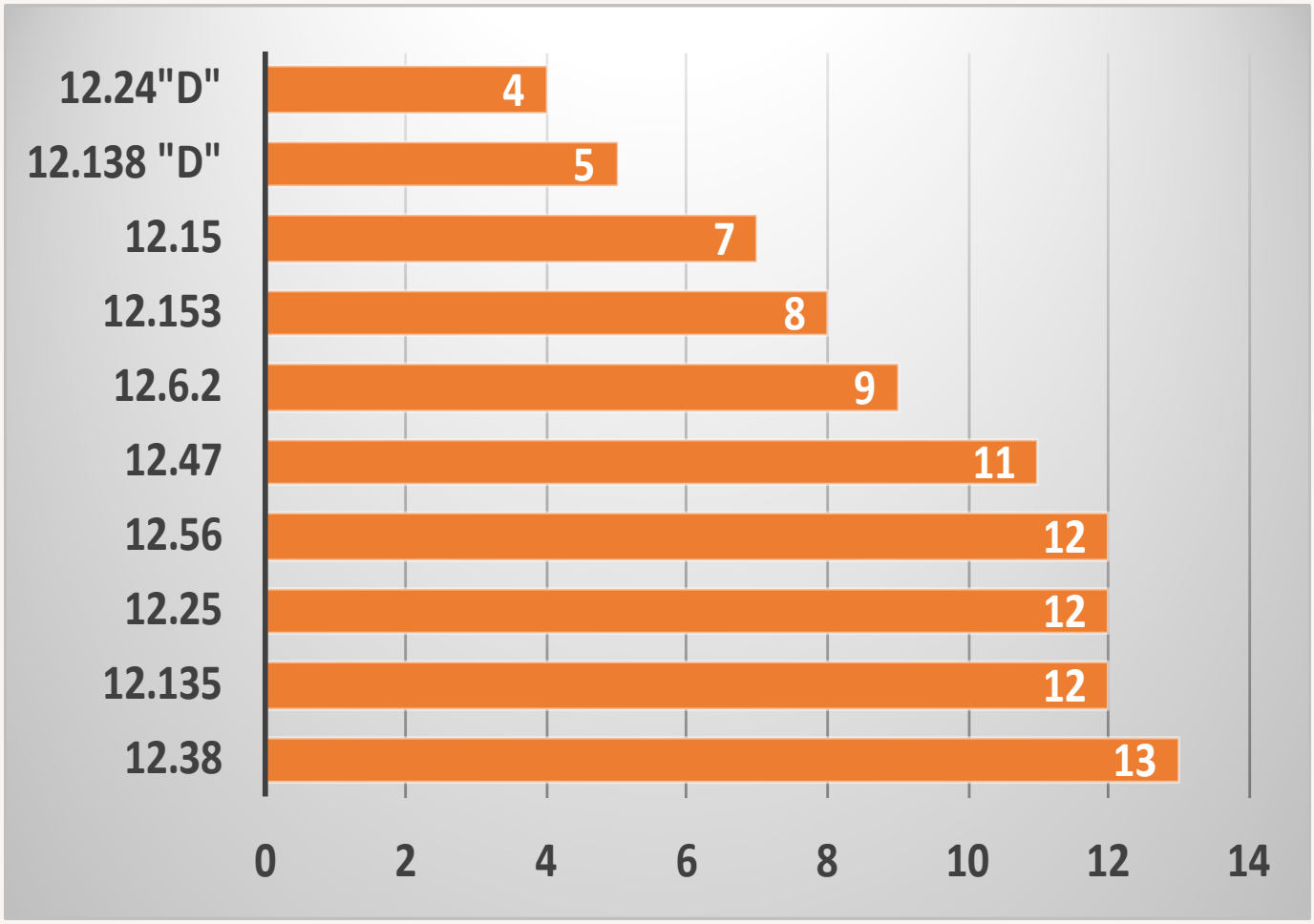
PORTARIA ME Nº 211, DE 11 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 12/4/2019 Seção I Pág. 56) - Dispõe sobre a assinatura e a guarda eletrônica dos documentos relacionados à segurança e saúde no trabalho;

PORTARIA CONJUNTA RFB Nº 682, DE 11 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 12/4/2019 Seção I Pág. 59) - Altera a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, que dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

PORTARIA MJSP Nº 384, DE 10 DE ABRIL DE 2019 (DOU de 12/4/2019 Seção I Pág. 91) - Institui Grupo de Trabalho para realizar estudos e elaborar documentos técnicos visando a implementação da utilização de tecnologias de screening para detecção de substâncias psicoativas em condutores no trânsito brasileiro.

Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora 12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos) mais capitulados como "Regularizados na Ação Fiscal" durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

*Regularizados na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de "notificações" ou "autuações" realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

Dados Estatísticos de Fiscalização

12.38. As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

12.135. A operação, manutenção, inspeção e demais intervenções em máquinas e equipamentos devem ser realizadas por trabalhadores habilitados, qualificados, capacitados ou autorizados para este fim.

12.25. Os comandos de partida ou acionamento das máquinas devem possuir dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao serem energizadas.

12.56. As máquinas devem ser equipadas com um ou mais dispositivos de parada de emergência, por meio dos quais possam ser evitadas situações de perigo latentes e existentes.

12.47. As transmissões de força e os componentes móveis a elas interligados, acessíveis ou expostos, devem possuir proteções fixas, ou móveis com dispositivos de intertravamento, que impeçam o acesso por todos os lados.

*12.6.2 As áreas de circulação devem ser mantidas permanentemente desobstruídas.**

**12.6.2 As áreas de circulação devem ser mantidas desobstruídas. (Alterado pela Portaria MTb n.º 98, de 08 e fevereiro de 2018)*

*12.153 O empregador deve manter inventário atualizado das máquinas e equipamentos com identificação por tipo, capacidade, sistemas de segurança e localização em planta baixa, elaborado por profissional qualificado ou legalmente habilitado.**

**12.153 O empregador deve manter inventário atualizado das máquinas e equipamentos com identificação por tipo, capacidade, sistemas de segurança e localização com representação esquemática, elaborado por profissional qualificado ou legalmente habilitado. (Item alterado pela Portaria nº 98/2018 - DOU 09/02/2018)*

12.15. Devem ser aterrados, conforme as normas técnicas oficiais vigentes, as instalações, carcaças, invólucros, blindagens ou partes condutoras das máquinas e equipamentos que não façam parte dos circuitos elétricos, mas que possam ficar sob tensão.

12.138. A capacitação deve:
d) ter conteúdo programático conforme o estabelecido no Anexo II desta Norma;

12.24. Os dispositivos de partida, acionamento e parada das máquinas devem ser projetados, selecionados e instalados de modo que:
d) não acarretem riscos adicionais;

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
José Carlos Martins
Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)
Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente da CPRT

Gilmara Dezan
Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas
Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico